



Revista de Administração Pública

ISSN: 0034-7612

ISSN: 1982-3134

Fundação Getúlio Vargas

Andion, Carolina; Alperstedt, Graziela Dias; Graeff, Júlia Furlanetto
Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e
experimentação democrática: um estudo em Florianópolis
Revista de Administração Pública, vol. 54, núm. 1, 2020, Janeiro-Fevereiro, pp. 181-200
Fundação Getúlio Vargas

DOI: 10.1590/0034-761220180418

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241063200011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis

Carolina Andion ¹

Graziela Dias Alperstedt ¹

Júlia Furlanetto Graeff ²

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina / Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis / SC – Brasil

² Universidade do Estado de Santa Catarina / Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública, Florianópolis / SC – Brasil

As cidades têm sido concebidas como um dos principais *loci* para promoção de mudanças nos padrões de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos. Nesse contexto, o estudo dos ecossistemas de inovação social (EIS) e de seus efeitos nas cidades se coloca como temática relevante, considerando a crise socioambiental e a diversidade e amplitude dos problemas urbanos vivenciados. Trata-se de compreender em que medida os EIS geram consequências diante das problemáticas vividas nas arenas públicas da cidade. Eis o foco deste artigo, que propõe uma abordagem teórico-metodológica, de inspiração pragmatista, para cartografia e análise dos EIS, que se aplica na cidade de Florianópolis. Por meio da co-construção de uma plataforma digital colaborativa, observam-se atores, suas interações e suas práticas, com vistas a compreender “se” e “como” essa rede favorece a “investigação pública” ou a experimentação democrática e/ou promove dinâmicas de desenvolvimento mais sustentáveis na cidade.

Palavras-chave: ecossistema de inovação social; experimentação democrática; sustentabilidade; cidade; pragmatismo.

Ecosistema de innovación social, sostenibilidad y experimentación democrática: un estudio en Florianópolis, Brasil

Las ciudades han sido concebidas como uno de los principales loci para promover cambios en los estándares de desarrollo y construir soluciones que puedan enfrentar la complejidad de los problemas públicos contemporáneos. En este contexto, el estudio de los ecosistemas de innovación social (EIS) y sus efectos en las ciudades es un tema relevante, considerando la crisis socioambiental y la diversidad y magnitud de los problemas urbanos experimentados. Se trata de comprender en qué medida los EIS generan consecuencias frente a los problemas experimentados en los espacios públicos de la ciudad. Esta es el foco de este artículo, que propone un enfoque teórico-metodológico inspirado en el pragmatismo para la cartografía y el análisis de los EIS, que se aplica en la ciudad de Florianópolis. A través de la coconstrucción de una plataforma digital colaborativa, se observa a los actores, sus interacciones y sus prácticas, con el fin de comprender “si” y “cómo” esta red favorece la “investigación pública” o la experimentación democrática y/o promueve dinámicas de desarrollo más sostenibles en la ciudad.

Palabras clave: ecossistema de innovación social; experimentación democrática; sostenibilidad; ciudad; pragmatismo.

Social innovation ecosystems, sustainability, and democratic experimentation: a study in Florianópolis, Brazil

Cities have been conceived as one of the main loci for promoting changes in development patterns, and building solutions that can address the complexity of contemporary public problems. In this context, the study of social innovation ecosystems (SIE) and their effects on cities is a relevant theme, considering the socio-environmental crisis diversity and extent of the urban problems experienced. The research seeks to understand to what extent the SIE responds to problems experienced in the public arenas of the city. It proposes a pragmatist-inspired theoretical-methodological approach to cartography and analysis of SIE that is being applied in the city of Florianópolis. Through the co-construction of a collaborative digital platform, the research observes actors, their interactions and practices, to understand “whether” and “how” this network favors “public inquiry” or democratic experimentation and/or promotes more sustainable development dynamics in the city.

Keywords: social innovation ecosystem; democratic experimentation; sustainability; city; pragmatism.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180418>

Artigo recebido em 12 dez. 2018 e aceito em 12 ago. 2019.

As autoras agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) pelo auxílio financeiro à esta pesquisa. Agradecem também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pós-doutorado recebida por uma das pesquisadoras para realizar este estudo. Por último, mas não menos importante as autoras agradecem a todos os pesquisadores que contribuíram na construção e implementação do Observatório de Inovação Social de Florianópolis.

ISSN: 1982-3134



1. INTRODUÇÃO

As cidades têm sido concebidas como um dos principais *loci* para promoção de mudanças nos padrões de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos. Como discutem Wolfram e Frantzeskaki (2016, p. 12), a cidade pode ser considerada uma realidade híbrida que congrega um “conjunto de sistemas socio-ecológico-tecnológicos em escala, os quais governam os diversos estoques de recursos, fluxos e serviços ecossistêmicos”. São espaços que se tornam cruciais para “explorar empiricamente como as instituições, os discursos, as constelações de atores e suas práticas evitam ou abraçam”, em escala local, seus problemas públicos e seus desafios em termos de sustentabilidade.

O pleito por uma cogestão adaptativa dos recursos comuns em âmbito local (Armitage et al., 2009) também emerge no debate recente sobre o desenvolvimento territorial sustentável (Lévesque, 2009; Vieira, Cazella, Cerdan, & Carrière, 2010) e, mais particularmente, nos estudos que discutem a relação entre cidades e sustentabilidade (Angelidou & Psaltoglou, 2017; McPhearson, Andersson, Elmqvist, & Frantzeskaki, 2015). Tais estudos mostram a importância de “localizar” o debate global, salientando que as experiências de enfrentamento e governança dos problemas urbanos podem gerar condições, recursos e oportunidades para a mudança, mas também para a inércia e a estagnação, em termos de promoção de novos estilos de desenvolvimento.

Esses achados conversam diretamente com o campo da administração pública e, mais especificamente, com os estudos sobre políticas públicas. Isso porque se percebe nesse campo um interesse atual em suplantando a clássica oposição entre *policy analysis* e *policy studies* (Fischer & Gottweis, 2013; Howlett, Ramesh, & Perl, 2013; Shields, 2008). Trata-se de alargar o debate para compreender melhor a ação pública, para além do governo, e também os novos modos de governança pública que podem fazer face aos inúmeros e complexos problemas públicos que inter-relacionam dinâmicas econômicas, sociais, culturais e ambientais e exigem esforços intersetoriais (Osborne, 2006; Ostrom, 2010).

Diante disso, coloca-se a relevância científica de estudos que permitam compreender os alcances e os limites de novas “experimentações democráticas” (Ansell, 2012; Bohman, 2004) no contexto das cidades. Nessa perspectiva – de uma governança compartilhada ou de uma poliarquia institucional (Ostrom, 2010) – pode-se discutir mais profundamente e através de outras lentes os condicionantes e os efeitos dos processos de participação e envolvimento de diversos atores nas políticas públicas. Trata-se de explorar os alcances e limites das redes de ação pública ou das comunidades epistêmicas que se formam em torno de questões públicas (Ansell, 2012; Cefai, 2017).

A partir dessa problematização, o estudo dos ecossistemas de inovação social (EIS) sua emergência, seu desenvolvimento e suas consequências nas “arenas públicas” (Cefai, 2002) das cidades se coloca como uma temática central na agenda de pesquisa. Aqui, os EIS são interpretados como uma “constelação de redes” (Pel, Wittmayer, Dorland, & Jorgensen, 2018) composta pela associação de múltiplos atores, instituições e artefatos, de diferentes setores, que se formam pela mobilização em torno de “situações problemáticas” nas “arenas públicas” da cidade (Cefai, 2002).

Estudos recentes têm abordado formas de reforçar os EIS e as capacidades dos diferentes atores que compõem essas redes, discutindo os condutores que favorecem ou inibem os EIS (Alijani, Luna, Castro-Spila, & Unceta, 2017; Biggeri, Testi, & Bellucci, 2017; Pel et al., 2018). Tais estudos levantam a necessidade de ampliar a compreensão sobre as formas de irradiar as inovações sociais para além das experimentações locais, buscando compreendê-las enquanto um processo, espacialmente

negociado e inserido em territórios, e que têm a possibilidade objetiva de influenciar nas trajetórias de desenvolvimento (MacCallum, Moulaert, Hillier, & Vicari, 2009).

É na esteira desses estudos e com vistas a fazer avançar esse debate – considerando a realidade particular das cidades em países em desenvolvimento – que esta pesquisa sobre o EIS de Florianópolis está sendo desenvolvida. Na última década, Florianópolis passou a se posicionar nacionalmente como capital da inovação¹, também sendo reconhecida por congregar diferentes coletivos, organizações e instituições (seja na esfera privada, governamental ou da sociedade civil) que vêm promovendo iniciativas de inovação social.

Nesse cenário, a pesquisa, cuja abordagem teórico-metodológica é aqui proposta, busca compreender em que medida e de que forma os atores ordinários que compõem a rede sociotécnica do EIS de Florianópolis (sejam eles agentes de suporte ou promotores de inovação social) identificam, interpretam, mobilizam-se e reagem aos problemas públicos da cidade e, assim fazendo, coproduzem inovações sociais. Interessa, particularmente, compreender a emergência, a difusão e os efeitos das inovações sociais abertas, entendidas como dinâmicas sociais autônomas e indeterminadas de “enfrentamento de situações problemáticas” nas arenas públicas da cidade (Cefaï, 2017; Cefaï & Terzi, 2012).

Para compreender essas dinâmicas, a principal estratégia utilizada foi a criação, de modo colaborativo com os sujeitos pesquisados, de uma plataforma digital aberta. Como destacam Sestini (2012) e Angelidou e Psaltoglou (2017), tais plataformas são importantes instrumentos para a colaboração, a co-construção de soluções, a disseminação de conhecimento e a difusão e o intercâmbio das experiências, permitindo ampliar o alcance e o impacto dos EIS.

Este artigo visa a apresentar a abordagem teórica e metodológica que foi concebida para a cartografia e leitura do EIS de Florianópolis e para co-construção da plataforma colaborativa, bem como os aprendizados obtidos nesse percurso. O enfoque teórico analítico aqui proposto promove um diálogo entre os estudos recentes sobre os EIS (Alijani et al., 2017; Biggeri et al., 2017; Lévesque, 2016; Pel et al., 2018; Stam, 2015; European Commission, 2014) e a sociologia dos problemas públicos de inspiração pragmatista (Cefaï, 2002, 2014, 2017; Cefaï & Terzi, 2012; Chateauraynaud, 2011; Chateauraynaud & Dubaz, 2017; Dewey, 1927; Quéré & Terzi, 2015). Isso permite enfatizar aspectos pouco considerados no debate atual sobre os EIS como, por exemplo, a dinâmica multiescalar da inovação social, sua inscrição territorial e sócio-histórica e sua relação com os problemas públicos e as arenas públicas.

A seguir, apresenta-se o desenho desse enfoque teórico-metodológico em três seções. Primeiramente, discute-se a literatura sobre os EIS, colocando em evidência as perspectivas e as lacunas desse debate. Na sequência, levanta-se a necessidade de novas abordagens teóricas e metodológicas que possam dar conta de diferentes trajetórias e formatos dos EIS. Isso implica evidenciar as consequências dos EIS na esfera pública e em termos de práticas, também considerando as particularidades das cidades em países em desenvolvimento. Em seguida, expõem-se os pressupostos teóricos da pesquisa e suas relações, propondo o *framework* analítico utilizado no estudo. Por fim, discute-se o caminho

¹ Florianópolis foi eleita em primeiro lugar entre as dez cidades brasileiras com maior potencial inovador pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Ewers, Gomes, & Octaviano, 2015). Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Startups (ABStartups), Florianópolis é a cidade brasileira com o maior número de startups por habitante (Agência Brasil, 2018). Florianópolis foi considerada pela Newsweek Magazine uma das dez cidades mais dinâmicas do mundo em uma lista que considera a presença de indústria limpa, conhecimento e uso de tecnologias de ponta (PMF, 2019).

metodológico da pesquisa e seus diferentes momentos, evidenciando as aprendizagens obtidas nesse percurso e tecendo algumas considerações que possam ser úteis para o avanço do debate e servir de inspiração para novos estudos e agendas de pesquisa.

2. O DEBATE CIENTÍFICO SOBRE OS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS E LACUNAS

O debate sobre os EIS é recente na literatura especializada e ainda carece de uma teorização mais robusta. Como discute Lévesque (2016), o conceito tem sua origem relacionada aos estudos sobre os ecossistemas de inovação (EI) que se desenvolveram, sobretudo, nos domínios do *management* e da economia a partir dos anos 1960. Grande parte desses estudos focalizam suas análises nos ecossistemas de negócio (EN) (Moore, 1993) ou nos ecossistemas empreendedores (EE) (Isenberg, 2011), seguindo uma tradição schumpeteriana.

Os estudos sobre os EN avançam em relação ao conceito de sistema de inovação (SI), tradicionalmente utilizado, pois consideram que as dinâmicas de inovação podem ser influenciadas por uma série de fatores interconectados, dos quais o contexto cultural/institucional e as redes de apoio (financeiro, de capital humano, de infraestrutura, entre outras) são componentes-chave. Sua eficácia é crucialmente determinada por quão bem os elementos interagem e respondem às demandas do sistema socioeconômico mais amplo. Nesse sentido, a analogia com os ecossistemas é utilizada para evidenciar a pluralidade de atores que constituem o fenômeno, suas interações, a governança aberta e as comunidades epistêmicas que compõem esses ecossistemas. Entretanto, como salienta Koenig (2012), na prática, a literatura sobre os EN focaliza, sobretudo, a ação promovida pelas firmas, enfatizando exemplos em que predominam formas de governança mais centralizadas e dinâmicas de concorrência, mais do que de colaboração.

Prosseguindo nesse debate, os estudos sobre EE vêm responder a algumas dessas lacunas, dando centralidade ao papel do empreendedor, dos empreendimentos e suas relações com os diferentes agentes de suporte direcionados às suas ações. Nessa perspectiva, os estudos sobre EE evoluem no sentido de focalizar a inter-relação entre diferentes domínios no suporte à ação empreendedora (Isenberg, 2011) envolvendo políticas (que dão suporte financeiro, fornecem legitimidade e um marco legal de apoio ao empreendedorismo); mercados (*expertise* de produção, consumidores, canais de distribuição etc.); capital e financiamento; recursos humanos; cultura empreendedora (aceitação do risco, estímulo à inovação); e apoio técnico. Além disso, considera-se para além da estrutura de suporte, a centralidade do papel dos agentes (os empreendedores).

Considerando mais especificamente o campo temático da inovação social, a discussão sobre a noção de “ecossistema” ainda é incipiente e permite observar uma maior tradição no uso do termo sistema de inovação social (SIS), como assinalam Fulgêncio e Le Fever (2016) em sua revisão sistemática sobre o tema. Os autores afirmam que o conceito de SIS é tributário da teoria dos sistemas e aplicado ao campo da inovação nos anos 1980. Para eles, o “conceito de sistema de inovação social é uma interconexão dos atores e objetos para desenvolvimento, difusão e utilização da inovação orientada para questões ou necessidades sociais” (Fulgêncio & Le Fever, 2016, p. 445). Tanto nessa definição quanto na revisão feita pelos autores de 15 artigos disponíveis no *Google Scholar*, cobrindo o período de 2000 a 2012, o conceito de SIS aparece como uma adaptação da noção de SI para o campo social, sendo tratado nos textos a partir de 3 níveis de análise, enfatizando, as dimensões econômica e técnica da inovação: a) institucional; b) organizacional; e c) societário.

Assim, os estudos que focalizam os EIS, sob uma ótica particular, ainda são escassos, como observamos em buscas realizadas nas bases de dados científicas em outubro de 2016. Na base ISI, as buscas foram feitas na área de ciências sociais de 2012 a 2016 utilizando o termo “social innovation ecosystems”, sendo encontrados 19 artigos. Destes, apenas 4 faziam referência a estudos sobre EIS. Já no *Google Scholar*, usando os mesmos termos e o mesmo período, encontramos 85 referências, das quais apenas 8 tratavam de estudos referentes aos EIS.

Quando analisadas em seu conjunto, percebe-se que a maioria das referências, especialmente as mais antigas (Ariza-Montes & Muniz, 2013; Cameron, 2012), seguindo a tradição de Bloom e Dees (2008), compreendem os EIS enquanto redes de suporte e um conjunto de condições ambientais que fomentam o empreendedorismo social. Aqui, o papel do empreendedor social é considerado crucial e enfatiza-se a centralidade dos empreendimentos na composição do EIS. Há um evidente diálogo com os estudos sobre os EE, com a utilização de modelos explicativos normativos (com categorias pré-estabelecidas) e universais, o que traz pouca contribuição em termos de compreensão das dinâmicas e das consequências dos diferentes EIS.

Apenas mais recentemente, alguns trabalhos têm apresentado uma abordagem mais ampla e complexa ao analisar os EIS. Tais trabalhos se caracterizam por tratar não apenas dos elementos que favorecem o empreendedorismo social e/ou os empreendimentos sociais, mas por trazer novas agendas para o debate, dando margem à compreensão de outras dimensões dos EIS para além da econômica ou técnica.

North e Longhurst (2013), Calzada, Chautón, e Di Siena (2013) e Wolfram e Frantzeskaki (2016) discutem a importância das dinâmicas de inovação social para a promoção de mudanças nos estilos de desenvolvimento das cidades e enfatizam uma lógica multiescalar e multidimensional para a análise dos EIS. Outro conjunto de estudos recentes promove uma análise panorâmica das iniciativas de mapeamento da inovação social, levantando seus alcances e limites e lançando importantes pistas para futuras pesquisas.

Pelka e Terstriep (2016), por exemplo, apresentam e analisam 17 projetos que promovem o mapeamento da inovação social e identificam seus avanços e seus limites. O artigo mostra que, hoje, o mapeamento da inovação social é uma tendência, especialmente nos países desenvolvidos. As iniciativas vêm-se multiplicando nos últimos anos, utilizando diferentes metodologias e explorando análises comparadas, o que possibilita maior alcance em termos de resultados nas pesquisas. Entretanto, os autores também levantam importantes lacunas que devem ser exploradas pelas novas pesquisas. Segundo eles, cada novo projeto se baseia em uma definição própria de inovação social, muitas vezes focalizando uma dimensão, um setor ou um ator específico. Nesse sentido, perspectivas multidimensionais e multiescalares são pouco exploradas.

Outra percepção diz respeito à escassez de diálogo com os públicos-alvo envolvidos e entre as iniciativas de inovação social. Nesse sentido, parte-se muitas vezes de uma lógica normativa e de metodologias que dão pouco espaço para compreender as particularidades das dinâmicas e das visões/dos regimes presentes em cada um(a) das regiões/dos territórios analisados(as). Pelka e Terstriep (2016) salientam que a maioria dos projetos focalizam problemas gerais e universais, como desemprego, mudanças demográficas e climáticas, dificultando uma compreensão das demandas específicas de cada território. Por fim, os autores observaram que pouco se discute as consequências dessas iniciativas nos territórios analisados.

Esses mesmos achados se confirmam no projeto SI Drive, que resultou na obra *Atlas of Social Innovation*, coordenada por Howaldt, Kaletka, Schröder, e Zirngiebl (2018). Os autores ressaltam

a importância de estudos empíricos mais aprofundados sobre a inovação social e os EIS, buscando compreender suas “diversas manifestações, atores e contextos culturais, livrando esses termos de sua orientação econômica tradicional focada no conceito de empreendedorismo social” (Howaldt et al., 2018, p. 12). Tomando por base esse argumento, Pel et al. (2018, p. 6) evidenciam as lacunas de posições que reduzem os EIS às redes de suporte de apoio a “alguns heróis” (sejam eles movimentos sociais, empreendedores sociais, organizações comunitárias ou outros). Comparando vinte redes transnacionais de inovação social, os autores defendem uma perspectiva relacional de análise que considere os campos de ação nos quais as inovações sociais estão imersas e seu caráter fluido e provisional.

Essas constatações são confirmadas por autores que tratam dos modelos teóricos de análise dos EIS. Como salientam MacCallum et al. (2009) e Calzada et al. (2013), as dinâmicas de inovação social não ocorrem massivamente, de modo generalizado, e são experimentais, expressando a capacidade dos atores de apropriar-se das trajetórias de desenvolvimento dos territórios. Elas são territorialmente negociadas e inseridas e isso deve ser considerado em sua análise.

Já Stam (2015) e Lévesque (2016) concordam ao afirmar que a maioria dos estudos recentes se baseia na literatura sobre inovação, importando os modelos para o campo social, sem o devido cuidado de considerar as particularidades das dinâmicas de inovação social. Tais estudos, em sua maioria, adotam uma perspectiva estrutural-funcionalista, oferecendo modelos que se concentram, sobretudo, no papel da oferta nos EIS (instituições de suporte) e de alguns atores-chave. Desse modo, pouco tratam das demandas, ou seja, das dinâmicas de inovação social e suas consequências sobre os problemas públicos ou as necessidades sociais em torno dos quais os diferentes atores dos EIS se mobilizam para promover incidência. Nesse sentido, os autores chamam a atenção para a necessidade de *frameworks* menos normativos e que saiam da armadilha de estabelecer receitas prontas ou modelos tautológicos para explicar a inovação social e seus efeitos.

Dialogando com esse debate, seus avanços e suas lacunas, foram, então, concebidos os pressupostos teórico-analíticos e a abordagem metodológica utilizada neste estudo para realizar a cartografia e a análise do EIS de Florianópolis, os quais são apresentados a seguir.

3. UM OLHAR PRAGMATISTA PARA OS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRESSUPOSTOS DE ANÁLISE

Como discutido, diante dos inúmeros problemas socioambientais que vivemos, as cidades se colocam como locais privilegiados onde se pode produzir – no tempo e no espaço – complexas relações entre dinâmicas econômicas, sociais, tecnológicas e ecológicas que acelerem ou obstaculizem estilos de desenvolvimento mais sustentáveis (Wolfram & Frantzeskaki, 2016). No entanto, desenvolver pesquisas sobre essas relações (interconectadas, intersetoriais, não lineares, complexas e indeterminadas) se coloca como um desafio. Mesmo os estudos mais recentes que buscam olhar para os EIS, como discutido, apresentam lacunas e acabam por não captar as dinâmicas de transformação/mudança social, concentrando-se em análises mais estruturais e normativas.

Nesse sentido, Chateauraynaud e Dubaz (2017) sinalizam que uma leitura pragmatista pode ajudar a pensar a partir de um olhar “adaptativo” para os EIS, focalizando a abertura para a construção de futuros possíveis, a partir da análise das trajetórias longas que são construídas por ações, práticas e experiências promovidas pelos próprios atores. Essas trajetórias são formadas por processos de

confrontação entre os projetos construídos pelos atores, diante das problemáticas que eles enfrentam. Trata-se, como defende Ostrom (2010), de considerar uma abordagem policêntrica e multiescalar que considera a centralidade da aprendizagem pela experiência no enfrentamento dos problemas públicos, que são globais, mas são vividos localmente.

Partimos, então, dessa leitura pragmatista para compreender as dinâmicas de inovação social que emergem na cidade. Interpretamos a inovação social enquanto processo de mudança social que exige “experimentação democrática” (Ansell, 2012; Bohman, 2004), ou seja, a mobilização e o engajamento de diferentes coletivos em torno das consequências produzidas pelos problemas públicos da cidade. Portanto, as inovações sociais são vistas não como fruto de ações isoladas, mas como resultantes de agenciamentos/associações (Latour, 2012) de diferentes atores e actantes provenientes de setores diversos (governo, mercado e sociedade civil), que têm a possibilidade de coinventar novas soluções para os desafios que enfrentam (Andion et al., 2017).

Isso pode resultar em novos objetos, processos, práticas e/ou mudanças nas relações sociais e padrões culturais de determinado território. Portanto, a inovação social é compreendida enquanto prática *in the making* – envolvendo processos, produtos e consequências (efeitos para além das pessoas afetadas) – que resultam de ações públicas situadas. Desse modo, pode-se constituir como vetor para construção de novas trajetórias e “mundos possíveis” pelos diferentes “públicos” (Dewey, 1927) que compõem as arenas públicas da cidade.

Fundamentando-se em John Dewey, Cefaï (2002) e Chateauraynaud (2011) definem as arenas públicas como laboratórios vivos de políticas, compostos por diferentes escalas territoriais e por atores individuais, organizacionais e institucionais que podem comprometer-se, no tempo, em um esforço coletivo para identificar e gerir os problemas públicos. É nas arenas públicas que ocorrem os processos de “experimentação democrática”. Como discute Ansell (2012), as experimentações que ocorrem no mundo real são os verdadeiros experimentos e a ideia de laboratório é só uma variação disso.

A noção de experimentação é central, não apenas em sua teoria democrática, mas em toda obra de John Dewey para quem não há realidade social fora da experiência. Em outras palavras, a realidade não pode ser definida como um todo harmonioso, um pano de fundo que está fora de nós; ela se produz a partir da experiência do mundo, a partir da interação entre as criaturas vivas e seu meio:

A realidade deve ser concebida como experiência. Cada experiência porque ela é incompleta, chama outras, que lhes verificam e assim fazendo lhe completam. A realidade é então de parte em parte experimental: somente a acumulação de experiências, “a acumulação de detalhes” pode nos permitir conhecer de uma maneira cada vez mais completa a realidade do mundo que nos rodeia. Seguindo uma lógica experimental, a realidade é sempre em “transformação em direção a”, em mudança e produção perpétuas (Truc, 2005, pp. 3-4, tradução nossa).

Nessa perspectiva, realizar a cartografia e observar as experiências dos EIS se coloca como uma via (sempre incompleta) para compreender como – nessas arenas públicas (ou laboratórios vivos) – se produzem dinâmicas de “experimentação democrática” ou de “investigação pública”, ou seja, como nelas os diferentes públicos se engajam, interpretam, discutem, publicizam e/ou promovem soluções para os problemas públicos que enfrentam. A “investigação pública” em Dewey (1938) ocorre quando se formam públicos ativos ou “comunidades de experiência” que, ao co-construir saberes, promovem

uma inteligência coletiva e uma interobjetivação (Zask, 2004). Isso significa que a investigação pública tem um caráter coletivo – é coproduzida; nela pesquisadores e pesquisados interagem, assim como uma pluralidade de visões, atividades, saberes e interesses são levados em consideração. Desse modo, podem ser co-construídas diversas formas de conhecimento situado (Smith, Around, Fessoli, Thomas, & Abrol, 2012).

Trata-se de um “*design experiment*” no qual o experimentador presume que o experimento vai interagir com todo o cenário no qual o experimento é conduzido (Ansell, 2012). Desse modo, “experimentação democrática” significa levar em conta os “públicos” como experimentadores, como sujeitos da “investigação pública”, sem a necessidade de uma intervenção de autoridade exterior.

Como explicam Quéré e Terzi (2015, p. 2), a análise das atividades relacionadas com o surgimento de problemas e seus públicos oferece uma maneira privilegiada para compreender as “formas políticas enquanto elas estão sendo construídas” e suas dinâmicas de mudança. Nesse processo, as situações de prova e as críticas produzidas são essenciais, pois elas podem constituir pontos de inflexão ou rupturas nas trajetórias dos problemas públicos. Chateauraynaud e Dubaz (2017) defendem que cada *dossier* tem um gradiente de crítica que deve ser considerado. Assim, os processos de investigação pública (quando acontecem) não são lineares, podendo ser recursivos e até estagnar, passando pela indiferença, pela crítica gerencial ou técnica ou por uma crítica mais radical, transformadora, podendo produzir, ainda, cinismo e/ou paralisia.

Portanto, para esses autores, a análise das arenas públicas deve considerar a balística das transformações sociais (Chateauraynaud, 2011), ou seja, como determinada causa ou problema público se ressignifica e assume novas configurações ao longo do tempo, levando a mais ou menos mobilização, engajamento e/ou institucionalização. Para tanto, é importante considerar múltiplas escalas de análise, a temporalidade dos problemas públicos e sua inscrição nos territórios nos quais eles ocorrem (*milieux*).

Com base nesses fundamentos e em trabalhos anteriores (Andion et al., 2017; Moraes & Andion, 2018; Gonsalves & Andion, 2019), a leitura dos EIS, sob uma perspectiva pragmatista, pressupõe uma abordagem analítica particular que permita adentrar essas diversas “arenas públicas”, identificar os atores, suas interações, retraçar essa malha reticular e observar as experiências *in situ*. Assim, o enfoque pragmatista aqui adotado possibilita olhar de outra forma os EIS, a partir de 4 pressupostos inter-relacionados que embasam nosso *framework* analítico-metodológico, apresentado na sequência.

- **Pressuposto 1:** Considera que os EIS estão imersos em trajetórias longas de configuração dos problemas públicos em territórios específicos (possuindo inscrição temporal e espacial).

Nesse sentido, levar em conta o cenário sócio-histórico, institucional e territorial dos EIS é fundamental, bem como ter em mente as demandas, ou os problemas públicos desse território, tendo em vista que são construídos coletivamente e historicamente (escala macro).

- **Pressuposto 2:** Interpreta as dinâmicas de inovação social enquanto processos de mudanças (incrementais ou mais amplos) que produzem consequências e que emergem das associações entre múltiplos atores humanos e não humanos (indivíduos, coletivos, organizações, instituições, tecnologias, metodologias etc.) em arenas públicas.

Portanto, os EIS se formam a partir de uma malha reticular de interconexões que se inscrevem em diversas arenas públicas. Sob essa perspectiva, identificar os principais atores, suas interações, práticas e consequências se torna importante (escala meso).

- **Pressuposto 3:** Examina as dinâmicas de inovação social enquanto imersas em “campos de experiências” (Cefaï, 2014) nos quais diferentes públicos se engajam na solução de situações problemáticas e em processos de investigação pública.

Nesse sentido, a análise dos EIS deve ir além de uma perspectiva macroestrutural, ou ainda reticular, buscando acompanhar as situações de “experimentação democrática” vivenciadas pelos públicos. Isso implica observar de perto os processos de justificação e crítica produzidos pelos próprios atores e suas consequências. Tais processos se relacionam com a condição dos “públicos” para lidar com situações problemáticas, ou seja, como identificá-las, interpretá-las, elaborar críticas, co-construir conhecimento e/ou propor soluções para elas.

- **Pressuposto 4:** Para analisar o alcance e as consequências das dinâmicas de inovação social se torna importante religá-las aos processos de mudança social mais amplos, considerando a conexão implícita das dimensões macro, meso e micro da realidade social e privilegiando uma perspectiva longitudinal.

Para tanto, observar as práticas dos atores e suas conexões ao longo do tempo se torna central, pois as práticas revelam o engajamento de diferentes públicos no enfrentamento de determinados problemas em arenas diversas, trazendo à tona a produção da capacidade crítica (seus argumentos e suas justificações). Tal leitura pode possibilitar melhor compreensão das dinâmicas a partir das quais os diversos atores reconfiguram (ou não) os horizontes dos possíveis nas diferentes arenas públicas ou campos de causa da cidade.

4. ENFOQUE ANALÍTICO E CAMINHO METODOLÓGICO NO ESTUDO DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS

Em coerência com os pressupostos destacados anteriormente, a pesquisa, que se encontra em curso, utiliza como principal estratégia a criação e a implementação de uma plataforma digital colaborativa (Sestini, 2012) denominada Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) (www.observafloripa.com.br) (Figura 1). O OBISF é um espaço virtual, aberto, coletivo e promotor de aprendizagem pela experimentação, envolvendo diversos atores do EIS da cidade (sejam eles instituições de suporte ou iniciativas promotoras de inovação social).

A implantação do OBISF tem ocorrido por meio: a) de um processo de co-criação entre os pesquisadores da universidade e os atores que compõem EIS de Florianópolis; b) da articulação entre ensino, pesquisa e extensão; c) do diálogo interdisciplinar entre os cursos de administração pública e de administração empresarial. Isso tem sido possível graças ao envolvimento e à parceria das coordenadoras dos 2 núcleos de pesquisa que vêm pilotando o projeto junto com duas professoras/pesquisadoras e também envolvendo alunos de graduação, mestrado e doutorado na iniciativa.

FIGURA 1 PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA

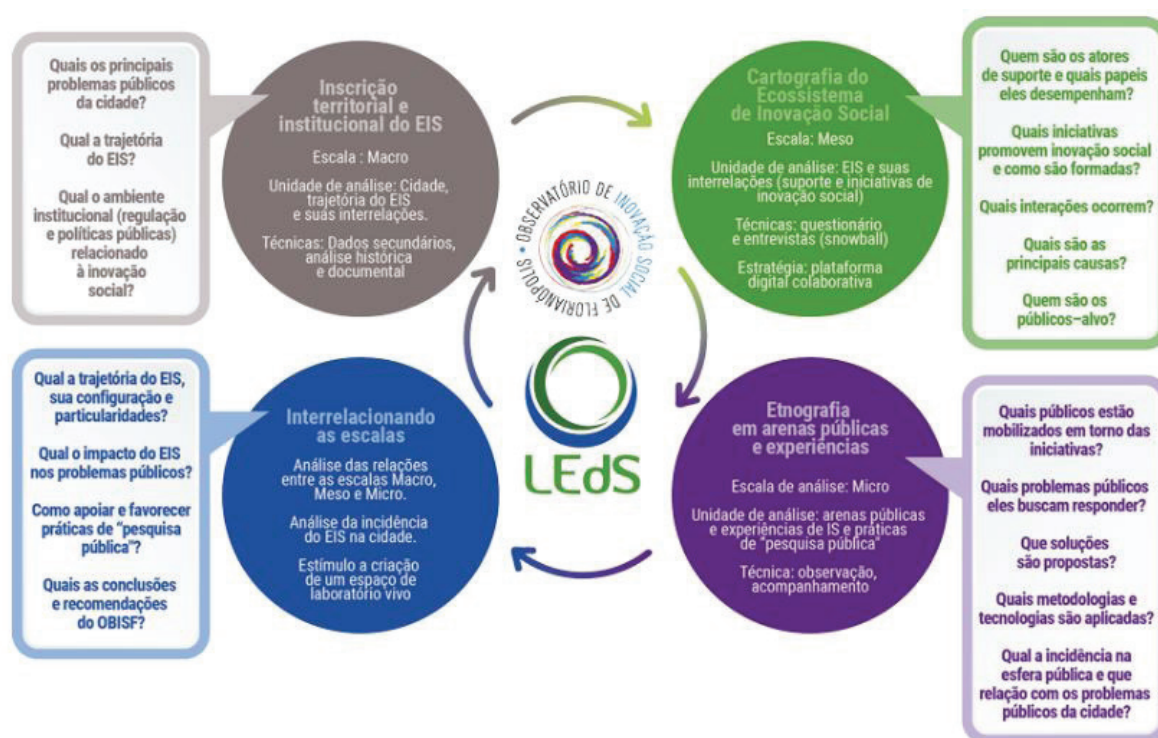


Fonte: Observatório de Inovação Social de Florianópolis (2019).

Alguns aspectos foram centrais na composição do *framework* analítico e metodológico desse projeto, considerando a discussão precedente: a) uma perspectiva multiescalar e multidisciplinar, entendendo o EIS enquanto “*nexus*” de práticas (Frega, 2016), envolvendo atores de múltiplas esferas (governamental, empresarial e da sociedade civil) e de diversos segmentos ou causas (educação, saúde, meio ambiente, criança e adolescente, entre outros); b) uma análise longitudinal e socioespacial, por meio do georreferenciamento e o acompanhamento longitudinal de diferentes “experimentações democráticas” na cidade de Florianópolis, reconhecida como celeiro de inovações sociais; e c) uma abordagem colaborativa e promotora de aprendizagem experiencial, criando espaços em cada uma das etapas para que os atores construam suas próprias explicações e teorias, valorizando e estimulando processos de investigação pública.

Tendo em vista esses aspectos preliminares, o *framework* analítico e o caminho metodológico do projeto se estruturam em quatro momentos principais, sumarizados na Figura 2 e explorados brevemente, a seguir. Destaca-se que esses momentos não ocorreram de maneira linear, tendo em vista que a pesquisa, por meio da experimentação, como ocorre nesse caso, envolveu um processo longo de “interobjetivação” (Zask, 2004), resultando em diversas idas e vindas entre a pesquisa e o mundo real, entre os pesquisadores, os desenvolvedores da plataforma e os agentes do EIS, entre as ideias e os fenômenos, entre a teoria e as práticas, levando em conta – tanto na concepção da metodologia da pesquisa quanto da plataforma *on-line* – uma pluralidade de visões, interesses e aspirações.

FIGURA 2 SÍNTESE DO *FRAMEWORK* ANALÍTICO E DO CAMINHO METODOLÓGICO



Fonte: Observatório de Inovação Social de Florianópolis (2019).

4.1 Inscrição territorial e institucional do EIS

Este momento teve como unidade de análise o município de Florianópolis e envolveu duas etapas complementares, que serão brevemente exploradas: a) uma análise da trajetória do EIS e de sua inscrição socioterritorial, com ênfase na descrição e análise dos principais problemas públicos da cidade; e b) um exame do ambiente institucional do EIS composto pelas leis, pelas políticas e pelos programas de fomento à inovação social nos âmbitos municipal, estadual e federal.

4.1.1 *Análise da trajetória e da inscrição territorial do EIS*

Essa etapa envolveu a reconstituição da trajetória histórica do EIS por meio do levantamento de dados documentais e de entrevistas com informantes-chave que participam do EIS, o que tem permitido construir uma narrativa sobre a (re)configuração do EIS na cidade ao longo do tempo, sob o ângulo dos próprios atores envolvidos. O objetivo desta análise é visualizar os diferentes públicos e “comunidades de experiência” (Zask, 2004) que compõem o EIS, ressaltando sua contribuição na sua trajetória e constituição atual, evidenciando a pluralidade de atores e regimes de engajamento que compõem a rede.

Os estudos e as interpretações que esses diferentes coletivos produzem sobre os problemas públicos da cidade constituem um segundo aspecto analisado na trajetória investigada. Os dados foram extraídos de diversos relatórios elaborados e publicizados pelos próprios atores que compõem o EIS e foram escolhidos por representarem o debate público que ocorre na cidade em relação aos seus desafios presentes e futuros. Dentre os documentos consultados, destacam-se: a) Relatório Florianópolis 1950-2050, elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) (Campanário, 2008); b) Relatório de Desafios de Florianópolis, proposto pelo Movimento Floripa Te Quero Bem (2012); c) Plano de Ação Florianópolis Sustentável elaborado pela Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICESS Brasil, 2015); d) Relatórios Sinais Vitais (2015 e 2016), elaborados via mobilização de diferentes atores e especialistas pelo Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM, 2015 e 2016); e) Relatório Dinâmico (Portal dos Objetivos do Milênio, 2016); e f) Plano Diretor de Florianópolis (PMF, 2017).

Esses relatórios foram examinados em seu conjunto e sintetizados com vistas a selecionar os principais problemas públicos identificados pelos atores do EIS de Florianópolis, os quais estão sendo divulgados na plataforma², permitindo-nos contrapor com as informações obtidas junto às iniciativas de inovação social observadas. Em relação a esse aspecto, a plataforma possibilita relacionar as iniciativas mobilizadas e as respostas oferecidas em torno de cada um dos problemas públicos identificados, para visualizar as redes das arenas públicas que se formam em torno desses problemas na cidade. Destaca-se que, com isso, novos problemas públicos, os quais não são necessariamente publicizados, vêm sendo identificados e divulgados na plataforma.

4.1.2 *Análise do ambiente institucional do EIS no município*

Como abordado anteriormente, as dinâmicas de inovação social são influenciadas por uma série de fatores interconectados, dentre os quais dispositivos institucionais que podem estimular ou inibir as dinâmicas dos EIS. Com base nisso, realizou-se um mapeamento exploratório de leis e políticas públicas de suporte à inovação social no município, a partir de uma análise documental nos âmbitos federal, estadual e municipal. Tais informações também são disponibilizadas na plataforma³.

Os documentos foram acessados nos *sites* oficiais que disponibilizam essas informações, considerando como critérios de busca a existência dos termos exatos “inovação” e “inovação social”.

² Para ver as redes que compõem as arenas públicas da cidade e os problemas públicos em torno dos quais elas se mobilizam acessar <http://www.observafloripa.com.br/is-page/publicProblems>. Para ter acesso ao conjunto de informações é preciso efetuar *login* na plataforma.

³ Ver <http://www.observafloripa.com.br/is-page/publicPolicyOfInnovation>. Para ter acesso ao conjunto de informações é preciso efetuar *login* na plataforma.

Tal levantamento possibilitou constatar que ainda há pouca divulgação e incentivo, tanto em termos de regulação quanto de políticas e programas de suporte à inovação social no estado de Santa Catarina e no município.

Desse modo, com tais informações preliminares, foi possível constituir um panorama de análise daquilo que denominamos escala macro, considerando a dimensão sócio-histórica, territorial e institucional do fenômeno, para relacioná-las com as demais escalas estudadas.

4.2 Cartografia do ecossistema de inovação social de Florianópolis

A cartografia do EIS de Florianópolis foi realizada, inicialmente, por uma pesquisa exploratória, iniciada em abril de 2016, com uso da técnica denominada bola de neve. Em um primeiro momento foram entrevistados atores de suporte à inovação social reconhecidos na cidade, os quais, por seu turno, seguiam indicando os demais atores. Para essa etapa foi elaborado um questionário, incorporado posteriormente na plataforma, contendo os seguintes campos de informações dos atores de suporte: a) dados de contato; b) papel no suporte à inovação social, atividades realizadas e público-alvo; c) iniciativas de inovação social apoiadas e outros atores de suporte parceiros.

Nesse levantamento exploratório foram mapeados os dados de contato e o papel desempenhado por 115 atores de suporte, cujas informações foram utilizadas em um primeiro momento para construir a plataforma. Desse modo, foram identificadas 10 categorias de atores de suporte à inovação social, quais sejam: a) formadores; b) promotores de empreendedorismo social; c) centros de pesquisa e extensão; d) financiadores; e) apoiadores técnicos; f) articuladores e pontes; g) espaços de troca de informações, diálogo, reflexão e comunicação; h) incubadoras; i) aceleradoras; e j) certificadoras.

Ainda em 2016, no mês de outubro, foram enviados questionários para os 35 atores que foram indicados pelo menos 2 vezes na etapa inicial. Assim, 35 atores de suporte receberam o formulário *on-line* para que preenchessem todas as informações do cadastro e indicassem, pelo menos, 3 iniciativas de inovação social apoiadas por eles. Até fevereiro de 2017, quando iniciou a criação da plataforma, foram devolvidos 17 questionários com indicação de 59 iniciativas de inovação social, as quais também foram mapeadas inicialmente. Nessa primeira etapa foram coletadas informações públicas sobre essas iniciativas envolvendo os campos mais gerais de informações sobre elas no questionário de mapeamento: a) dados de contato; b) tipo de iniciativa (forma jurídica); c) causa em que atua; e d) público-alvo. A partir das informações coletadas foi possível construir um mapa georreferenciado dos atores de suporte e mapear a rede⁴ que ilustra as inter-relações entre os atores de suporte e destes com as iniciativas de inovação social por eles apoiadas.

Com base nesse mapeamento prévio e durante o período de concepção e teste da plataforma (de fevereiro a setembro de 2017) foi possível identificar alguns dos principais atores-rede que atuam no EIS do município. Desse modo, iniciamos uma rodada de diálogos com mais de 11 atores, os quais se tornaram parceiros da plataforma e apoiaram seu planejamento e implementação, envolvendo representantes: a) do poder público municipal e estadual; b) de organizações da sociedade civil que têm um importante papel de articulação; c) de empresas que atuam como promotoras de inovação

⁴ Para ver a rede acessar <http://www.observafloripa.com.br/is-page//ecosystemNetwork>. Para ter acesso ao conjunto de informações é preciso efetuar *login* na plataforma.

social e empreendedorismo social junto ao mercado e ao governo; e d) de outros grupos de pesquisa que atuam com o tema nacional e internacionalmente.

O diálogo e a articulação com esses distintos atores que compõem o EIS da cidade e o lançamento da plataforma, em setembro de 2017, permitiu ampliar e aprofundar consideravelmente a cartografia do EIS até o presente momento. Isso porque os parceiros e os próprios atores cadastrados se envolveram no esforço de coleta e complementação das informações. Com a plataforma no ar, tornou-se possível o preenchimento *on-line* dos dados. Atualmente (agosto de 2019), têm-se **227 atores de suporte e 307 iniciativas de inovação social cadastrados na plataforma que buscam responder a algum problema público da cidade**. Dentre as iniciativas de inovação social, **196 foram mapeadas e 111 observadas** (sendo 4 dessas acompanhadas sistematicamente por pesquisas de maior duração)⁵. As observadas têm o cadastramento de informações mais detalhadas com preenchimento total do formulário *on-line*, contendo, além dos dados de contato, o tipo de iniciativa e a causa sobre a qual atua, as informações sobre o problema público que visa a responder, as respostas que coloca em prática, se usa tecnologias ou metodologias específicas e quais, se tem incidência na arena pública em que atua e qual, e quais são seus apoiadores (suportes) e outras iniciativas de inovação social parceiras.

O número de iniciativas observadas pôde ser ampliado graças ao envolvimento de alunos e turmas da graduação que, durante o semestre, no quadro das disciplinas ou de trabalhos de conclusão de curso, realizam visitas *in loco* e acompanhamento nas iniciativas de inovação social mapeadas na cidade. Isso tem possibilitado ampliar o envolvimento da comunidade acadêmica com a pesquisa e também com o EIS da cidade, bem como articular a pesquisa com o ensino e a extensão.

4.3 Acompanhamento das arenas públicas e das práticas de inovação social

Para acompanhar os “campos de experiência” da inovação social de Florianópolis estão sendo conduzidos estudos sistemáticos por alunos de pós-graduação junto a experiências nas quais se identifica indícios de dinâmicas de inovação social nas arenas públicas da cidade. A partir da cartografia e dos estudos realizados anteriormente foram identificadas algumas experiências em arenas públicas que estão sendo acompanhadas mais de perto por meio de estudos etnográficos: a) a rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes do município; b) o fórum municipal de políticas públicas; c) a rede de tratamento de resíduos sólidos urbanos; d) a articulação em torno da segurança alimentar e da agricultura urbana e e) a mobilização em defesa dos direitos das mulheres.

Desse modo, pretendemos observar os “campos de experiência” das arenas públicas analisadas e não apenas iniciativas isoladas. Para isso, junto com a plataforma do OBISF foi implementado o Laboratório de Educação para a Sustentabilidade e Inovação Social (LEDS), uma espécie de “laboratório vivo” (Veekman, Schuurman, Leminen, & Westerlund, 2013) que promove diferentes ações de extensão dentro e fora da universidade. A proposta é acompanhar e facilitar processos de investigação pública nas arenas acompanhadas. A partir das experiências acompanhadas e da realização de ações (projetos, eventos, oficinas etc.), em conjunto e a partir da demanda dos atores, o LEDS e o OBISF pretendem

⁵ Em junho de 2017, um pouco antes do lançamento da plataforma, tinha-se 124 atores de suporte e 81 iniciativas de inovação social mapeadas, sendo dessas apenas 19 observadas. Isso significa uma ampliação de quase 100% no mapeamento dos atores de suporte e de mais de 300% em relação às iniciativas de inovação social cadastradas inicialmente, além de aumentar em mais de 5 vezes o número de iniciativas observadas em 2 anos de pesquisa.

se constituir enquanto espaços de colaboração para co-construção do conhecimento na interação entre os saberes produzidos na universidade e os saberes gerados no EIS.

4.4 Inter-relacionando escalas

Este estudo, de longo prazo, tem por finalidade promover uma compreensão multiescalar e longitudinal do EIS de Florianópolis relacionando suas dimensões histórica, territorial e institucional (escala macro), com a análise de sua rede de associações, formas de cooperação e interação (escala meso), até chegar em suas práticas (escala micro) e suas consequências. Trata-se de acompanhar *in loco* como esse EIS *performa* na interface entre as institucionalidades já estabelecidas e o potencial criativo dos diferentes atores que o compõem (Frega, 2016). Nesse sentido, o objetivo no final do percurso é fomentar experiências de problematização, publicização, exploração e experimentação coletiva de enfrentamento de problemas públicos e de vivência democrática, a partir do acompanhamento e do suporte às dinâmicas de inovação social mapeadas.

Trata-se, de “problematizar” o EIS de Florianópolis, co-construindo, de modo colaborativo, o fenômeno em estudo. Esse processo de “experimentação” pretende fazer ver de modo mais realista o fenômeno dos EIS; ou seja, o trabalho de “formiguinha” feito pelos atores ordinários que coproduzem a inovação social em seu cotidiano e suas consequências. Tal processo vem sendo construído não apenas pelos “pesquisadores” (sejam eles alunos ou professores), mas por todos os envolvidos nessa “comunidade de experiência” (Zask, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, buscamos apresentar o enfoque teórico-metodológico que vem norteando o estudo do EIS de Florianópolis. O ponto de partida foi a análise dos estudos mais recentes que tratam dessa temática, bem como as lacunas e os caminhos para pesquisas futuras levantados pelos autores estudados. Em um segundo momento, tomando por base essa discussão, apresentamos os pressupostos da pesquisa e o *framework* analítico, esboçado na Figura 2. Tal enfoque analítico considera que tanto atores governamentais quanto da sociedade civil e do campo empresarial têm possibilidade objetiva de promover inovação social e fomentar dinâmicas que apoiam ou inibem a construção de soluções para os problemas públicos da cidade em variadas arenas públicas. Essas dinâmicas, de natureza complexa, estão interconectadas e imersas em diferentes escalas institucional/territorial (macro), das inter-relações entre os coletivos (meso) e das experiências vividas pelos próprios atores (micro), formando uma rede que *performa* a inovação social na cidade.

Para colocar em prática esse enfoque analítico, apresentamos como se deu a co-construção de uma plataforma colaborativa que permite a cartografia do EIS, a partir do mapeamento dos atores de suporte e das iniciativas de inovação social e suas inter-relações junto com um laboratório vivo, um espaço promotor de aprendizagem coletiva sobre o EIS, focalizando na interlocução entre seus atores e os pesquisadores. Assim, a construção em colaboração da plataforma e do laboratório vivo permitiu a materialização do enfoque teórico e da metodológica proposta, que se afastam das tradições epistemológicas de conceber a inovação social a partir apenas das perspectivas tecnológica, economicista ou de gestão, as quais destacam os empreendedores sociais como principais protagonistas e responsáveis pelo desenvolvimento de novas ideias, produtos e serviços, com o objetivo de satisfazer as necessidades

sociais. Esse estudo permite compreender que as experiências de inovação social emergem dessa trama reticular, permeada por conflitos, mas, ao mesmo tempo, produtora de colaboração e de participação, podendo ser vetor de transformação nas trajetórias de desenvolvimento da cidade.

Isso implica uma noção de EIS que ultrapassa a ideia de estrutura e de sistema, sendo capaz de gerar novas práticas e dinâmicas que (re) ligam aspectos socioeconômicos, socioculturais, às tradições e à capacidade associativa dos atores. Tais processos podem permitir que, no longo prazo, possam ocorrer transformações sociais nos espaços públicos da cidade, direcionadas aos seus problemas.

Estudar os EIS a partir das arenas públicas enquanto campos de ação coletiva, enfatizando as práticas dos atores, inseridas territorial e historicamente, não é tarefa fácil e exige escolhas em termos analíticos e metodológicos. Tais escolhas, ao mesmo tempo que trazem avanços para a compreensão do fenômeno, geram limites ao alcance do estudo, o qual se concentra na realidade de Florianópolis, cidade com uma conjuntura particular no contexto brasileiro e cujos resultados não necessariamente se aplicam a outras cidades/regiões do Brasil e de outros países, nem podem ser generalizáveis. Entretanto, o percurso teórico-analítico aqui apresentado pode ser inspirador e lançar pistas de análise para outras experiências. Nesse sentido, um dos avanços da nossa agenda de pesquisa consiste na comparação da dinâmica do EIS de Florianópolis com outras cidades do Brasil, da América Latina e também de países do Norte, evidenciando semelhanças e diferenças e construindo análises mais robustas.

Por fim, além de compreender a configuração do EIS, sua rede, as formas de interações entre seus atores e suas consequências junto às arenas públicas, nosso foco é fortalecer e disseminar práticas de investigação pública no contexto da cidade, contribuindo para reforçar dinâmicas de experimentação da democracia e de promoção de mudanças em direção a estilos de desenvolvimento mais sustentáveis. Nesse sentido, espera-se que este estudo contribua para co-construir conhecimento útil, contextualizado, que faça sentido e seja apropriado pelos atores que formam o EIS da cidade.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. (2018). *Florianópolis é o destaque no mapa das startups*. Recuperado de <https://dcomercio.com.br/categoria/tecnologia/florianopolis-e-o-destaque-no-mapa-das-startups>
- Alijani S., Luna, A., Castro-Spila, J., & Unceta, A. (2017). Building capabilities through social innovation: implications for the economy and society. *Finance and economy for society: integrating sustainability. Critical Studies on Corporate Responsibility, Governance and Sustainability*, 11, 293-313.
- Andion, C., Ronconi, L., Moraes, R. L., Gonsalves, A. K. R., & Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369-387.
- Angelidou, M., & Psaltoglou, A. (2017). An empirical investigation of social innovation initiatives for sustainable urban development. *Sustainable Cities and Society*, 33, 113-125.
- Ansell, C. (2012). What is democratic experiment? *Contemporary Pragmatism*, 9(2), 159-180.
- Ariza-Montes, A. J., & Muniz, N. M. (2013). Virtual ecosystems in social business incubation. *Journal of Electronic Commerce in Organizations (JECO)*, 11(3), 27-45.
- Armitage, D. R., Plummer, R., Berkes, F., Arthur, R. I., Charles, A. T., Davidson-Hunt, I. J. ... Wollenberg, E. K. (2009). Adaptive co-management for social-ecological complexity. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 7(2), 95-102.
- Biggeri, M., Testi, E., & Bellucci, M. (2017). Enabling ecosystems for social enterprises and social innovation: a capability approach perspective. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 299-306.
- Bloom, P. N., & Dees, G. (2008). Cultivate your ecosystem. *Stanford Social Innovation Review*, 6(1), 45-53.
- Bohman, J. (2004). Realizing deliberative democracy as a mode of inquiry: pragmatism, social facts and normative theory. *Journal of Speculative Philosophy*, 18(1), 23-43.
- Calzada, I., Chautón, A., & Di Siena, D. (2013). *Macro meso micro: systemic territory framework from the perspective of social innovation*. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/314529414>
- Cameron, H. (2012). Social entrepreneurs in the social innovation ecosystem. In A. Nicholls, & A. Murdock (Eds.), *Social innovation. Blurring boundaries to reconfigure markets* (pp. 199-220). London, England: Palgrave Macmillan.
- Campanário, P. (2007). *Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050)*. Recuperado de http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_05_2016_10.57.51.165f6d5987d5575003562ec5bbdd5850.pdf
- Cefaï, D. (2002). Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In D. Cefaï, & I. Joseph (Orgs.), *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme* (pp. 51-82). Paris, France: La Tour d'Aigues.
- Cefaï, D. (2014). Investigar los problemas públicos con más y allá de Joseph Gusfield. In J. Gusfield. *La cultura de los problemas públicos* (pp. 11-54). Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.
- Cefaï, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas. *Novos Estudos CEBRAP*, 36(1), 187-213.
- Cefaï, D., & Terzi, C. (2012). *L'expérience des problèmes publics*. Paris, France: Perspectives Pragmatistes.
- Chateauraynaud, F. (2011). *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique*. Paris, France: Petra.
- Chateauraynaud, F., & Dubaz, J. (2017). *Aux bords de l'irréversible. Sociologie pragmatique des transformations*. Paris, France: Petra.
- Cidades Emergentes e Sustentáveis. (2015). *Plano de Ação Florianópolis Sustentável*. Recuperado de http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/plano_de_acao_florianopolis_sustentavel_bid_caixa.pdf
- Dewey, J. (1927). *The public and its problems*. Chicago, IL: Swallow Press.
- Dewey, J. (1938). *Lógica. Teoría de la investigación*. Pánuco, México: Fondo de Cultura Económica.
- European Commission. (2014). *Building the social innovation ecosystem. A deliverable of the project:*

"The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe" (TEPSIE) (7th Framework Programme). Brussels, Belgium: Author.

Ewers, J., Gomes, M., & Octaviano, C. (2015, 05 setembro). MCTI e Revista Inovação mapeiam as dez cidades mais inovadoras do país. *Revista Eletrônica de P,D&I*. Recuperado de <https://www.inovacao.unicamp.br/especial/mcti-e-revista-inovacao-mapeiam-as-dez-cidades-mais-inovadoras-do-pais/>

Fischer, F., & Gottweis, H. (2013). The argumentative turn in public policy revisited: twenty years later. *Critical Policy Studies*, 7(4), 425-433.

Frega, R. (2016). Qu'est-ce qu'une pratique? In F. Chateauraynaud, & Y. Cohen (Orgs.), *Histoires pragmatiques. Raisons pratiques* (pp. 321-347). Paris, France: Éd. EHESS.

Fulgêncio, H., & Le Fever, H. (2016). What is the social innovation system? A state-of-the-art review. *International Journal of Business Innovation and Research*, 10(2-3), 434-452.

Gonsalves, A. K. R., & Andion, C. Ação pública e inovação social: uma análise do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de Florianópolis-SC. *Revista Organizações & Sociedade*, 26(89), 221-248.

Howaldt, J., Kaletka, C., Schröder, A., & Zirngiebl, M. (Eds.). (2018). *Atlas of social innovation: new practices for a better future*. Dortmund, Germany: TU Dortmund University.

Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.

Instituto Comunitário Grande Florianópolis. (2015). *Sinais Vitais Florianópolis: Checkup 2015*. (pp. 1-63). Florianópolis, SC: autor. Recuperado de <http://comunicacao.icomfloripa.org.br/sinais-vitais-florianopolis-2015>

Instituto Comunitário Grande Florianópolis. (2016). *Sinais Vitais Crianças e Adolescentes Florianópolis 2016*. (pp. 1-83). Florianópolis, SC: autor. Recuperado de <http://comunicacao.icomfloripa.org.br/sinais-vitais-2016-crianca-adolescente>

Isenberg, D. (2011, 11 maio). The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economic policy: principles for cultivating entrepreneurship.

In *Proceedings of the Conference in Institute of International European Affairs*. Dublin, Ireland.

Koenig, G. (2012). Le concept d'écosystème d'affaires revisité. *M@n@gement*, 15(2), 209-224.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, BA: Ed. UFBA.

Lévesque, B. (2009). Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Política & Sociedade*, 8(14), 107-144.

Lévesque, B. (2016). Économie sociale et solidaire et entrepreneuriat social: vers quels nouveaux écosystèmes? *Revue Interventions Économiques*, 54.

MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier, J., & Vicari, S. (2009). *Social innovation and territorial development*. Farnham, England: Ashgate.

McPhearson, T., Andersson, E., Elmqvist, T., & Frantzeskaki, N. (2015). Resilience of and through urban ecosystem services. *Ecosystem Services*, 12(Special), 152-156.

Moraes, R. L. & Andion, C. (2018). Civil Society and Social Innovation in Public Arenas in Brazil: Trajectory and Experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE). *Voluntas*, 29, 801-818.

Moore, J. (1993). F. Predators and prey: a new ecology of competition. *Harvard Business Review*, 71(3), 75-86.

Movimento Floripa Te Quero Bem. (2012). *Desafios de Florianópolis. Subsídios para Elaboração do Plano de Metas*. Recuperado de <http://www.icomfloripa.org.br/icom/wp-content/uploads/2014/05/FTQB-parce-1.pdf>

North, P., & Longhurst, N. (2013). Grassroots localisation? The scalar potential of and limits of the 'transition' approach to climate change and resource constraint. *Urban Studies*, 50(7), 1423-1438.

Observatório de Inovação Social de Florianópolis. (2019). *Conheça o Ecossistema de Inovação Social de Florianópolis*. Recuperado de www.observafloripa.com.br

Osborne, S. P. (2006). The new public governance? *Public Management Review*, 8(3), 377-387.

- Ostrom, E. (2010). Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic system. *American Economic Review*, 100, 641-672.
- Pel, B., Wittmayer, J., Dorland, J., & Jorgensen, M. S. (2018). Unpacking the social innovation ecosystem: a typology of empowering network constellations. In *Annals of the 10o International Social Innovation Research Conference (ISIRC)*. Heidelberg, Germany.
- Pelka, B., & Terstriep, J. (2016). Mapping social innovation maps. The state of research practice across Europe. *European Public & Social Innovation Review*, 1(1), 3-16.
- Portal dos Objetivos do Milênio. (2016). *Relatórios dinâmicos, indicadores de monitoramento*. Recuperado de www.portalodm.com.br
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2016). *Plano Diretor de Florianópolis*. Recuperado de <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/>
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2019). "Ilha do Silício": Rede de Inovação Florianópolis faz da capital um polo de tecnologia. Recuperado de <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidade-para-todos/noticia/2019/07/04/ilha-do-silicio-rede-de-inovacao-florianopolis-faz-da-capital-um-polo-de-tecnologia.ghtml>
- Quéré, L., & Terzi, C. (2015). Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique. *SociologieS, Dossiers*, (Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations). Recuperado de <http://journals.openedition.org/sociologies/4949>
- Sestini, F. (2012). Collective awareness platforms: engines for sustainability and ethics. *IEEE Technology and Society Magazine*, 31(4), 54-62.
- Shields, P. M. (2008). Rediscovering the taproot: is classical pragmatism the route to renew public administration? *Public Administration Review*, 68(2), 205-221.
- Smith, A., Around, E., Fessoli, M., Thomas, H., & Abrol, D. (2012, June). Grassroots innovations for sustainable development: some enduring dilemmas. In *Proceedings of the Global Research Forum on Sustainable Consumption and Production Workshop*. Rio de Janeiro, RJ.
- Stam, E. (2015). Entrepreneurial ecosystems and regional policy: a sympathetic critique. *European Planning Studies*, 23(9), 1759-1769.
- Truc, G. (2005). Introduction par Gérôme Truc. In J. Dewey, *La réalité comme expérience*. Recuperado de <https://journals.openedition.org/traces/204#tocto1n1>
- Veeckman, C., Schuurman, D., Leminen, S., & Westerlund, M. (2013). Linking living lab characteristics and their outcomes: towards a conceptual framework. *Technology Innovation Management Review*, 3(11), 6-15.
- Vieira, P. F., Cazella, A., Cerdan, C., & Carrière, J. P. (2010). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. Subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis, SC: APED.
- Wolfram, M., & Frantzeskaki, N. (2016). Cities and systemic change for sustainability: prevailing epistemologies and an emerging research agenda. *Sustainability*, 8(2), 1-18.
- Zask, J. (2004). L'enquête sociale comme inter-objectivation. In B. Karsenti, & L. Quéré (Dir.), *La croyance et l'enquête : aux sources du pragmatisme* (pp. 141-163). Paris, France: Éd. EHESS.

Carolina Andion



<https://orcid.org/0000-0003-4723-3437>

Doutora em Ciências Humanas Interdisciplinar; Professora associada do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Líder do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP). E-mail: andion.esag@gmail.com

Graziela Dias Alperstedt



<https://orcid.org/0000-0003-0144-0406>

Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas; Professora associada do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Líder do Grupo Strategos - Dimensões e Processos Organizacionais. E-mail: gradial@gmail.com

Júlia Furlanetto Graeff



<https://orcid.org/0000-0002-3121-8032>

Doutora em Administração; Pesquisadora do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP) do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: jufgraeff@gmail.com